



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DA VITÓRIA

DEBORA KARLA SILVA DO NASCIMENTO

USO DE MEDICAMENTOS PARA COVID-19 NO BRASIL

VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
BACHARELADO EM SAÚDE COLETIVA

DEBORA KARLA SILVA DO NASCIMENTO

USO DE MEDICAMENTOS PARA COVID-19 NO BRASIL

Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao Curso de Bacharelado em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de Vitória, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Saúde Coletiva.

Orientador: Prof. Dr. René Duarte Martins

VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Nascimento, Débora Karla Silva do.

Uso de medicamentos para COVID-19 no Brasil / Débora Karla Silva do
Nascimento. - Vitória de Santo Antão, 2022.

49

Orientador(a): René Duarte Martins

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro Acadêmico de Vitória, Saúde Coletiva, 2022.

1. COVID-19. 2. Medicamentos. 3. Automedicação. 4. Kit COVID. 5. SARS-
CoV-2. I. Martins, René Duarte. (Orientação). II. Título.

570 CDD (22.ed.)

DÉBORA KARLA SILVA DO NASCIMENTO

USO DE MEDICAMENTOS PARA COVID-19 NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Saúde Coletiva
da Universidade Federal de Pernambuco,
Centro Acadêmico de Vitória, como
requisito para a obtenção do título de
Bacharel em Saúde Coletiva.

Aprovado em: 03 / 11 / 2022.

BANCA EXAMINADORA

Profº. Dr. René Duarte Martins
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Profº. Dr. Nelson Correia de Lima Junior
Centro Universitário Facol – UNIFACOL

Profº. Dr. Danilo Augusto Fontes
Centro Universitário da Vitória de Santo Antão – UNIVISA

Ao meu avô, Antônio da Silva (*in memoriam*), que não pode estar comigo neste momento tão importante. E as vítimas da COVID-19.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, a tudo que Ele se faz presente em minha vida. Com muita gratidão e felicidade, mesmo enfrentando inúmeros obstáculos, encontro apenas razões para agradecer a Ele.

Aos meus pais e irmãos, faltam palavras para agradecer tudo que fizeram e fazem por mim. Obrigada pelo cuidado de toda uma vida.

A minha amiga, Thainá Torres por sempre me apoiar e encorajar a não desistir. Sempre incentivando e acreditando em mim.

A Fellipe Matheus, por todo apoio e carinho. Por sempre me incentivar quando pensei que tudo estaria perdido.

A Barry, por estar sempre ao meu lado e ter virado várias noites de estudo comigo.

Aos meus colegas de classe, que tive a oportunidade de conhecer.

As minhas amigas que se fizeram presente ao longo da minha vida acadêmica, em especial a Mayra Karolayne e Emily Keroly que me ajudaram a chegar até aqui. E as minhas amigas Rirlani dos Santos e Gabriela Gomes por todas as dúvidas que compartilhamos e alegrias.

A Gislene Maria, que mesmo distante sempre me manteve forte com suas palavras.

Ao meu orientador, Renê Duarte, obrigada por todo auxílio.

A todos os docentes do curso de bacharelado em Saúde Coletiva.

E aos membros dessa banca examinadora pela disponibilidade.

A Universidade Federal de Pernambuco, minha segunda casa.

Muito obrigada por tudo!

“A filha de alguém, a mãe de
alguém. Seguram sua mão através
do plástico agora”.

SWIFT, Taylor. Epiphany, 2020.

RESUMO

Em dezembro de 2019, em Wuhan, na China, iniciou-se um surto provocado pelo coronavírus SARS-CoV-2, tornando-se um dos maiores desafios para a saúde pública. Sua rápida propagação levou a população a adquirir e consumir medicamentos que supostamente poderiam prevenir ou tratar a infecção gerada pelo vírus. O medo, a falta de informações e a falta de medicamentos levou a população a intensificar o consumo desses fármacos sem comprovação científica, para evitar o contágio pelo novo coronavírus. O objetivo do presente estudo foi construir uma revisão narrativa sobre o uso de medicamentos para tratamento da COVID-19 no Brasil. Trata-se de uma revisão narrativa, realizada nas plataformas de pesquisa SciELO e Google Acadêmico. Neste contexto observa-se o aumento da automedicação em decorrência ao medo causado pela pandemia e este uso não racional pode gerar efeitos significativos à saúde, como intoxicações, reações adversas e até mesmo mascarar doenças. A busca por vacinas eficazes foi um passo importante para a saúde pública e a maior esperança para reduzir mortes e infecções. Porém, em meio à pandemia, a negação da ciência contribuiu para o seu agravamento e diversos medicamentos foram divulgados, expondo a população a risco pelo consumo inadequado comprometendo o controle da pandemia, tornando o Brasil o segundo país com mais óbitos por COVID-19.

Palavras-chave: COVID-19; medicamentos; automedicação; Kit COVID; novo coronavírus; SARS-CoV-2.

ABSTRACT

In December 2019, in Wuhan, China, an outbreak caused by the SARS-CoV-2 coronavirus began, becoming a major public health challenge. Its rapid spread has led the population to purchase and consume medications that could supposedly prevent or treat the infection generated by the virus. Fear, lack of information, and lack of medicines led the population to intensify the consumption of these drugs without scientific proof, in order to avoid contagion by the new coronavirus. The objective of the present study was to construct a narrative review on the use of drugs to treat COVID-19 in Brazil. This is a narrative review, carried out in the SciELO and Google Academic research platforms. In this context, we observe an increase in self-medication due to the fear caused by the pandemic, and this non-rational use can generate significant health effects, such as intoxication, adverse reactions, and even mask diseases. The search for effective vaccines was an important step for public health and the greatest hope for reducing deaths and infections. However, in the midst of the pandemic, the denial of science contributed to its worsening and several drugs were released, exposing the population to risk by inappropriate consumption compromising the control of the pandemic, making Brazil the second country with more deaths from COVID-19.

Keywords: COVID-19; medications; self-medication; COVID kit; new coronavirus; SARS-CoV-2.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REVISÃO DE LITERATURA	12
2.1 A Pandemia da COVID-19	12
2.2 Política Nacional de Medicamentos	14
2.3 Política de Assistência Farmacêutica	14
2.4 Usos de medicamentos durante a pandemia	15
3 OBJETIVOS.....	20
3.1 Objetivo Geral.....	20
3.2 Objetivos Específicos.....	20
4 METODOLOGIA	21
4.1 Critérios Éticos.....	21
5 RESULTADOS.....	22
6 CONCLUSÃO	34
REFERÊNCIAS.....	36

1 INTRODUÇÃO

A pandemia causada pela COVID-19, tornou-se um dos maiores desafios sanitários enfrentados pela saúde. O novo coronavírus possui origem zoonótica, conhecido como SARS-CoV-2, pertencente à família coronaviridae, subdividida em quatro gêneros: (*Alphacoronavírus* (α), *Betacoronavírus* (β), *Gammacoronavírus* (γ) e *Deltacoronavírus* (δ)). No entanto, apenas o alfa e beta causam doenças na humanidade, o primeiro relato surgiu na década de 60 ao causar resfriados em humanos (CORMAN *et al.*, 2018).

O cenário Mundial levou a Organização Mundial de Saúde (OMS) a decretar em 30 de janeiro de 2020 uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), porém, a doença alcançou um patamar de propagação muito elevado, levando a OMS a definir em 11 de março de 2020 que estávamos diante de uma pandemia (CAETANO *et al.*, 2020).

A contaminação pelo SARS-CoV-2 ocorre predominantemente através de gotículas respiratórias e partículas de aerossol contaminadas, eliminadas pelo nariz ou pela boca, ao tossir, falar ou espirrar (SILVA; SANTOS; MELO, 2020). Diante do seu avanço, as autoridades governamentais adotaram estratégias fortemente associadas ao uso de equipamentos de proteção individual (EPI) e o isolamento social, como medidas de combate contra a propagação do vírus e mitigação da infecção (KRAEMER *et al.*, 2020, LUZ.; NORONHA; NAVARRO, 2020).

O tempo médio de incubação da COVID-19 2 a 14 dias com relatos de até 21 dias, após esse período os indivíduos podem apresentar alguns sintomas ou permanecer assintomáticos (BRITO *et al.*, 2020). A COVID-19, pode manifestar-se em quadros de leves a graves e possui uma alta velocidade de propagação e capacidade de causar óbitos (SOUZA *et al.*, 2021)

Desse modo, a existência de um vírus de alta transmissibilidade, o medo de contrair, disseminar e/ou morrer pela contaminação, a falta de tratamentos terapêuticos, profiláticos, a inexistência de vacinas e o difícil acesso a consultas médicas durante a pandemia fez com que a população aumentasse o hábito de se automedicar (OLIVEIRA, 2021; SCHUCHMANN, 2020). Nesse contexto, é fundamental reforçar que o uso indiscriminado de medicamentos é um problema de saúde pública que atinge uma parte da população (FILLER *et al.*, 2020). Logo, o

aumento na utilização de fármacos e a automedicação durante a pandemia para tratamento ou prevenção da COVID-19 pode gerar impactos negativos na saúde, pois não haviam evidências científicas suficientes naquele momento a respeito dos benefícios clínicos de indicações de medicamentos profiláticos ou terapêuticos.

Diante do exposto, esse estudo propõe-se responder à seguinte questão: quais os medicamentos usados durante a pandemia para seu controle e os riscos associados? O questionamento aborda uma temática de grande relevância para os estudos científicos, além de contribuir para a sociedade como um todo. Visto que, o campo da saúde coletiva tem enfrentado vários desafios durante a pandemia. Logo assim, o objetivo deste trabalho é construir uma revisão narrativa sobre o uso de medicamentos para tratamento da COVID-19 no Brasil. A pesquisa espera auxiliar no entendimento sobre o panorama de uso de medicamentos para controle da pandemia da COVID-19 e as consequências do uso indiscriminado desses fármacos. Portanto, está justifica-se por fomentar o debate entre o consumo e riscos da utilização destes fármacos.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A COVID-19, surgiu na cidade de Wuhan, na China em dezembro de 2019, como um surto de pneumonia de origem desconhecida que provoca uma síndrome respiratória aguda grave e muitas vezes se tornava irreversível, causando o óbito. Após investigações foram descobertas que suas origens eram zoonóticas e desencadeadas pelo coronavírus Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2 (SARS-CoV-2) (FRANCISCO *et al.* 2021).

Dados confirmaram que o SAR-CoV-2, provavelmente derivou de morcegos, e foram transferidos para pangolins, antes de infectar a espécie humana (DALLAVILLA *et al.*, 2020), espalhando-se ao redor do mundo. O novo coronavírus, como se tornou conhecido o SARS-CoV-2, foi considerado uma nova espécie de betacoronavirus pertencente a uma linhagem viral conhecida desde meados dos anos 60. O SARS-CoV-2 é o sétimo membro da família coronaviridae conhecido por infectar seres humanos (SUN *et al.*, 2020).

2.1 A Pandemia da COVID-19

A Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou em 11 de março de 2020 a COVID-19 como uma pandemia (OMS, 2020). Até a presente revisão o SARS-CoV-2 infectou cerca de 627 milhões de pessoas e causou mais de 6,5 milhões de mortes ao redor do mundo. No Brasil, a COVID-19 acumula mais de 34.8 milhões de casos e mais de 688 mil mortes (BING, outubro de 2022).

A transmissão do coronavírus ocorre principalmente a partir do contato com pessoas infectadas por meio da tosse, fala, respiração, secreções contaminadas, contato próximo como o toque, o aperto de mão acompanhado de contato com o nariz, olhos ou boca, e contato com objetos ou superfícies contaminadas (RIBAS; ADAMI, 2020).

O período de incubação varia e a apresentação dos primeiros sintomas podem ser diferentes entre os indivíduos. A pessoa infectada pode apresentar sintomas de uma gripe comum, como: tosse, coriza, dor de garganta, dificuldades para respirar e a perda do olfato ou paladar. Em casos mais graves, apresentar-se febre alta,

taquicardia, dor no peito, falta de ar, cansaço, pneumonia, insuficiência respiratória aguda, insuficiência renal. E casos assintomáticos (GERÔNIMO, 2021).

O panorama atual levou a população a utilizar diversas soluções terapêuticas, como a fitoterapia substituindo ou complementando o uso de medicamentos para alívio dos sintomas. Sabe-se que, a fitoterapia utiliza produtos de origem vegetal com finalidade terapêutica para prevenir, atenuar ou curar uma patologia (PEREIRA; SILVA, 2020).

Nesse contexto, o consumo de plantas medicinais está associado, principalmente, à necessidade de manter o sistema imunológico saudável para evitar a contaminação pelo SARS-CoV-2 (BRAGA; SILVA, 2021), pois, durante os primeiros meses de enfrentamento da pandemia a população estava desassistida, porque, até o momento não havia vacinas ou medicamentos específicos disponíveis (LIMA *et al.*, 2020).

A falta de informações confiáveis, dificuldades de acesso aos serviços de saúde, o isolamento social, medo de contágio e a divulgação em massa de tratamentos sem comprovação científica, levou os indivíduos a usar medicamentos de uma forma inadequada comprometendo a sua segurança e eficácia das medicações. Por outro lado, medidas não farmacológicas foram lançadas a fim de inibir a transmissão. Medidas voltadas para a proteção pessoal, medidas ambientais (limpeza rotineira, exposição solar e arejamento), medidas de distanciamento social e relacionadas com as viagens ((QUALLS *et al.*, 2017; OPAS, 2020).

Esse cenário de incertezas trouxe inúmeros desafios para os profissionais. Em destaque, os profissionais de saúde que são peças fundamentais para intervenções. Pois, as ações de proteção, promoção e recuperação da saúde individual ou coletiva com acesso e a utilização de forma racional de medicamentos principalmente pelos indivíduos contaminados pela COVID-19 devem ser bem controladas (NETO *et al.*, 2020). A promoção do uso racional de medicamentos é uma das principais diretrizes da Política Nacional de Medicamentos (PNM) e constitui um dos eixos essenciais da Política Nacional de Assistência Farmacêutica (PNAF) com questões importantes para o combate e controle da COVID-19 (FILHO A. 2022).

2.2 Política Nacional de Medicamentos

Através da Portaria nº 3.916, de 30 de outubro de 1998, o governo Brasileiro aprovou a Política Nacional de Medicamentos (PNM), com o objetivo de ampliar a segurança e eficácia de medicamentos. Estabelece como prioridade a revisão permanente da Relação Nacional de Medicamentos (RENAME), a reorientação da assistência farmacêutica, organização em ações da vigilância sanitária dos medicamentos e o incentivo à promoção do uso racional (BRASIL, 1998).

Ademais, essa política é mais um esforço do Sistema Único de Saúde (SUS), para o desenvolvimento social do país (BRASIL, 2001), representada por 08 diretrizes que contemplam prioridades relacionadas à legislação, incluindo a regulamentação, inspeção, controle e garantia da qualidade, seleção, aquisição e distribuição, uso racional de medicamentos, desenvolvimento de recursos humanos e desenvolvimento científico e tecnológico, para garantir o acesso dos medicamentos que são considerados essenciais à população. (BRASIL, 1998).

Porém, o panorama atual afetou uma diretriz fundamental da política. O uso racional cedeu lugar ao medo, desinformação e insegurança contribuíram para o uso irracional e excedente (MENEZES *et al.*, 2020). Diante disso, o papel da assistência farmacêutica de controle e prevenção, buscando a promoção do uso racional é de suma importância frente à pandemia (GONZAGA; ANDRADE, 2022).

2.3 Política de Assistência Farmacêutica

A Política de Assistência Farmacêutica (AF) é seguimento da PNM, aprovada pela resolução nº 338, de 06 de maio de 2004. Que visa desenvolver ações voltadas para a promoção, recuperação e proteção da saúde. Ou seja, a assistência farmacêutica tornou-se peça chave durante a pandemia. Visto que, o negacionismo científico aumentou durante esse período, dificultando as ações da AF (MARQUES; RAIMUNDO, 2021). Como ela é responsável pelo acesso, regulamentação e a dispensação segura das substâncias medicamentosas de forma que atenda as necessidades da população. Pois, no cenário atual, a assistência precisou dialogar com as equipes sobre o acesso a medicamentos essenciais na nova realidade pandêmica (MELO, 2020).

Em suma, a política e a assistência visam a dispensação de forma segura e racional (LEMKE; FILHO, 2022). Entretanto, no contexto do novo coronavírus houve aumento do uso irracional de medicamentos. Por não existir terapia medicamentosa e vacinas disponíveis, a população praticou a automedicação por acreditar que as substâncias divulgadas eram seguras e eficazes, mas, a utilização indiscriminada pode causar consequências incertas. Além de prejudicar o uso racional de medicamentos (OPAS, 2020; MAURÍCIO, 2022).

Contudo, foi utilizado medicamentos sem prescrição para tratar de forma precoce o vírus, através de substâncias sem eficácia comprovadas de forma off-label, por não possuir efeitos contra o coronavírus com a prescrição de medicamentos de diversas classes farmacológicas (PAUMGARTTEN; OLIVEIRA, 2020).

2.4 Usos de medicamentos durante a pandemia

É importante destacar que o uso do “tratamento precoce” e o “Kit COVID” surgiram pela falta de terapias apropriadas disponíveis, como afirmou a Organização Mundial de Saúde (2020), que, embora as pesquisas estivessem avançadas, não existiam evidências que comprovassem alguns medicamentos ou métodos profiláticos para tratar a COVID-19. O “tratamento precoce” não possui uma definição de acordo com o Manual de Manuseio Medicamentoso Precoce de Pacientes com COVID-19, ele pode ser entendido como o tratamento após a doença está instalada ou profilático para evitar o desdobramento da doença (FLOSS *et al.*, 2021).

De certo, a crise mundial causada pelo novo coronavírus, é um dos maiores problemas enfrentados pelo sistema de saúde, devido ao seu potencial de disseminação rápida. As incertezas causadas pelas capacidades de transmissão, os números de casos, os medos e os isolamentos, levaram a população a busca por tratamentos que eliminasse ou curasse os sintomas. (HERMES *et al.*, 2021).

Assim, iniciou-se a procura global de pesquisas para desenvolver tratamento contra o vírus. As promessas terapêuticas ganharam espaço mesmo sem eficácia comprovada, mas, eram por muitas vezes indicadas pelas mídias, familiares ou amigos (SOUZA *et al.*, 2021). Desse modo, a população passou a consumir alguns medicamentos de maneira descontrolada, a fim de não contraírem o vírus.

O consumo de drogas já existentes foi aderidas pela sociedade, entre elas, os antimaláricos, cloroquina (Cl) hidroxicloroquina (HCQ), os anti-helmínticos, como

ivermectina e nitazoxanida (NTZ). E também, a azitromicina (AZI) (Ministério da Saúde, 2020). Esses fármacos foram utilizados de forma off-label por não possuir indicações em sua bula. E acabaram por apresentar quantidades significativas de efeitos adversos, acima dos benefícios clínicos (OLIVEIRA; MENDONÇA; SILVA 2021).

Nesse ambiente de incertezas, a pandemia evoluiu em meio a um debate fortemente enviesado por interesses políticos e econômicos, cerceado por polêmicas a respeito das condutas terapêuticas, seus objetivos, bem como críticas relacionadas ao acelerado ritmo para o desenvolvimento de vacinas.

Vacinas desenvolvidas para o tratamento da COVID-19

Neste contexto, a pandemia causada pelo COVID-19 foi agravada principalmente por não haver tratamentos específicos para o problema. A busca por medicamentos eficazes impulsionou pesquisas para desenvolvimento de vacinas, os estudos iniciaram rapidamente em março de 2020, o mais rápido da história (SENHORAS, 2021). Entretanto, a sua produção segue as fases de um estudo clínico, com as etapas pré-clínicas (*in vitro* e/ou *in vivo*) realizadas em animais no laboratório para avaliar a dose e a toxicidade (LIMA; ALMEIDA; KFOURI, 2021).

Os ensaios clínicos para novas vacinas, realizados em seres humanos, são divididos em três fases (STEVANIM, 2020):

Fase I. Visa avaliar a segurança do produto e a resposta imune que ela provoca;

Fase II. Demonstrar a capacidade imunogênica da vacina, avaliar a segurança, dose e frequência de administração;

Fase III. Avaliação da eficácia através de ensaios clínicos randomizados com milhares de voluntários.

Após os resultados positivos dessas fases, o desenvolvedor da vacina entrará em contato com as agências reguladoras solicitando um pedido de licença e registro para produção e comercialização. Elas serão responsáveis pela inspeção das fábricas dos insumos, revisão dos testes em lotes da vacina para verificação de pureza, potência e segurança.

Depois da aprovação e disponibilização, a vigilância de eventos adversos continua. É a chamada **fase IV** ou fase de farmacovigilância, os efeitos e eventos adversos da população-alvo são estimados em meio ao uso das vacinas na

população, nela todo evento adverso e/ou não esperado deve ser notificado dentro de 24h.

As vacinas permitem a prevenção, o controle, a eliminação e a redução da morbimortalidade (GONÇALVES E MACHADO, 2008). Quase todos os imunobiológicos produzidos para COVID-19, pretendem estimular anticorpos neutralizantes contra subunidades virais. Com foco na proteína S (Spike) da SARS-CoV-2, já que, elas desempenham um papel-chave no processo de entrada do vírus na célula hospedeira (OLIVEIRA AM, 2021).

A corrida por vacinas estimulou a produção e gerou uma fabricação em escala. Diversas vacinas surgiram em meio à crise, as vacinas com vetores virais (replicante ou não replicante), as genéticas (DNA e RNA), as vacinas virais (inativadas ou atenuadas) e as proteicas (recombinantes- partículas semelhantes ao vírus) (NUNES *et al.*, 2021).

Uma das vacinas com vetor viral foi desenvolvida na Universidade de Oxford, na Inglaterra e eles utilizam como vetor um adenovírus de chimpanzé não replicante. A Astrazeneca estimula uma forte resposta imune após duas doses aplicadas. Também, a testes de uma vacina de vetor viral produzida pelo laboratório americano Johnson & Johnson (LIMA; ALMEIDA; KFOURI, 2021).

As vacinas virais, possuem vírus vivos atenuados e inativadas como é o caso da Sinovac, vacina produzida pelo laboratório chinês, que conta com uma ampla produção de anticorpos e resposta celular. Bem como, as de tecnologia proteica, apresentam em sua estrutura proteínas virais que imitam a estrutura do vírus (MUKHERJEE, 2020). As vacinas proteicas são sub-unitária ou de partículas semelhantes ao vírus como a do laboratório Novavax, que utiliza uma versão recombinante da proteína S (NUNES V. *et al.*, 2022).

As vacinas genéticas, possuem RNA mensageiro e induzem uma boa resposta imune celular e humoral. Com os ensaios clínicos avançados, o laboratório americano Moderna iniciou testes de fase 1/2 em voluntários humanos resultando em uma grande produção de anticorpos neutralizantes. Baseada também em mRNA, a vacina produzida pelo Laboratório Americano Pfizer, demonstrou uma excelente resposta imune (RODRIGUES M, 2021)

Apesar dos avanços, os desafios científicos, éticos e políticos durante as produções e comercialização das vacinas ainda precisam ser superados. Porém, as produções continuam sendo bem sucedidas e levando o enfrentamento da pandemia

a outro patamar (BOCHI *et al.*, 2022). De acordo com Schatzmayr (2003), o objetivo da imunização é prevenir o desenvolvimento de manifestações clínicas nos indivíduos e controlá-las ou mesmo eliminá-las quando altos níveis de imunidade são alcançados em grande parte da população. Portanto, a busca por soluções com a efetividade das vacinas, conforme a Sociedade Brasileira de Pediatria (2021), causará a redução de hospitalizações e mortes; e a redução de casos e transmissões serão observados durante seu fornecimento.

O quadro abaixo, apresenta as vacinas que já foram aprovadas e autorizadas, licenciadas pela agência reguladora de acordo com a qualidade, segurança e eficácia comprovada.

QUADRO 2. Vacinas aprovadas no Brasil.

Vacina	Tecnologia	Fabricante
Comirnaty (Pfizer/Wyeth)	RNA mensageiro sintético	Pfizer
Coronavac (Butantan)	Antígeno do vírus inativado	Sinovac em parceria com Instituto Butantan
Janssen Vaccine (Janssen-Cilag)	Vetores de adenovírus sorotipo 26 (Ad26)	Janssen-Cilag farmacêutica LTDA
Oxford/Covishield (Fiocruz e Astrazeneca)	Vetor adenovírus recombinante	Janssen-Cilag farmacêutica LTDA em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz

Fonte: Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, 2022.

A descoberta de vacinas seguras e eficazes contra a COVID-19 foi um passo importantíssimo para a saúde pública. Entretanto, as iniquidades nas distribuições mesmo com as definições de prioridade, as desigualdades estruturais são desafios para a vacinação. As áreas mais pobres apresentam uma cobertura menor e mais lenta de vacinação. Sendo assim, é necessária uma distribuição justa entre os países para que a redução da transmissão do vírus seja alcançada (SOUZA L.; BUSS, 2021).

Atualmente, cerca de 800 vacinas estão sendo testadas e outras 47 já foram aprovadas (VACCINE TRACKER, 2022). No momento, 81,1% da população brasileira está totalmente vacinada (OUR WORLD IN DATA, 10 de outubro de 2022). Mesmo após o governo brasileiro ter omitido e não ter tomado as medidas necessárias para o controle da doença ou até mesmo contribuindo com seu agravamento. O atual presidente,

Jair Bolsonaro chegou a fazer campanhas de divulgação e atrasou a compra e a distribuição das vacinas (DOURADO *et al.*, 2021).

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Construir uma revisão narrativa sobre o uso de medicamentos para tratamento da COVID-19 no Brasil.

3.2 Objetivos Específicos

- Elencar medicamentos, por grupos farmacológicos, usados para o combate à COVID-19;
- Abordar questões relacionadas à automedicação para combate à COVID-19;
- Verificar os riscos associados à automedicação e tratamento da COVID-19.

4 METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa científica pode ser classificada e definida conforme sua abordagem, finalidade e procedimentos técnicos empregados (GIL, 2010; VERGARA, 2006). Portanto, para a construção e compreensão do tema abordado, o presente estudo foi utilizado o método de revisão narrativa da literatura. Segundo Rother (2007), o escopo de artigos utilizados é amplo e visa descrever e discutir o desenvolvimento de uma temática sobre o ponto de vista teórico ou conceitual, consiste em análise da literatura científica e crítica pessoal do autor. Esse tipo de pesquisa permite que o leitor atualize seu conhecimento sobre a temática abordada em um curto espaço de tempo.

Neste estudo, a coleta de dados foi realizada através da busca de artigos científicos durante os meses de junho a setembro de 2022, nos bancos de dados online: SciELO, PubMed e Google Scholar. Para realização da busca foram estabelecidos os seguintes descritores de saúde (DeCS), “COVID-19”, “medicamentos”, “automedicação”, “Kit COVID”, “Medications”, “Self-medication” “COVID kit”, com o operador booleano “AND” e “OR” para cruzamento dos termos.

Para a seleção dos artigos candidatos a compor esta revisão, considerou-se como critérios de inclusão: os artigos, diretrizes e trabalhos acadêmicos que contemplem a temática do estudo, disponíveis na íntegra, gratuitamente, que estiverem em português e inglês. Como critérios de exclusão, artigos que apresentarem produções sobre opiniões, vieses políticos, matérias de jornais, revistas e blogs. Para análise dos dados prosseguiu-se com leitura dos artigos, os resultados foram analisados, estruturados e discutidos.

4.1 Critérios Éticos

Quanto aos aspectos éticos, por se tratar de uma revisão narrativa não foi necessária a submissão ao comitê de ética, todavia toda a análise de informações, interpretações e inserção no trabalho, fundamentou-se em princípios éticos e compromisso com as informações coletadas.

5 RESULTADOS

Os resultados dessa construção narrativa encontram-se organizados a seguir, estruturados de maneira que seja possível ao leitor conhecer o contexto do surgimento da pandemia e as incertezas que surgiram neste momento histórico. Em seguida apresentam-se os cuidados para controle desta pandemia, sejam estes não farmacológicos ou farmacológicos, como também os embates entre ciência e política, responsáveis pela escrita de um momento único na história mundial, em especial no Brasil.

O objetivo dos autores, é a publicação subsequente desta narrativa como capítulo de livro, em obra ainda a ser selecionada para submissão.

USO DE MEDICAMENTOS PARA COVID-19 NO BRASIL

RESUMO

Objetivo: Construir uma revisão narrativa sobre o uso de medicamentos para tratamento da COVID-19 no Brasil. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão narrativa, realizada nas plataformas de pesquisa SciELO e Google Acadêmico. **Resultados:** O aumento da automedicação em decorrência ao medo causado pela pandemia pode gerar efeitos significativos à saúde, como intoxicações, reações adversas e até mesmo mascarar doenças. A busca por vacinas eficazes foi um passo importante para a saúde pública e a maior esperança para reduzir mortes e infecções. Porém, em meio a pandemia, a negação da ciência contribuiu para o seu agravamento. **Conclusão:** Diversos medicamentos foram divulgados, expondo a população a risco pelo consumo inadequado comprometendo o controle da pandemia, tornando o Brasil o segundo país com mais óbitos por COVID-19.

Introdução

No final do ano de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) foi notificada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, na China, que se alastrou rapidamente pelos países (CRODA *et al.*, 2020). O novo vírus é uma variação de um coronavírus, o Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2 (SARS-CoV-2) pertencente a ordem Nidovirales, família Coronaviridae e o SARS-CoV-2 pertence à classe β -coronavírus (WANG, 2020). Logo assim, o Comitê Internacional de Taxonomia de Vírus (ICVT) nomeou o novo coronavírus de SARS-CoV-2 e a síndrome respiratória aguda ocasionada pelo vírus recebeu o nome de COVID-19 para facilitar a pronúncia³ (DA SILVA *et al.*, 2020). A doença causada por esse vírus, tornou-se uma ameaça à saúde pública mundial (RODRÍGUEZ-MORALES *et al.*, 2020).

De acordo com o Ministério da Saúde (2020), a COVID-19 é transmitida por partículas respiratórias de pessoa a pessoa, quando o infectado tosse, fala ou espirra. (BRASIL, 2020). O contato direto com o nariz, boca e olhos facilita a transmissão, o período de incubação varia entre 2 a 14 dias (SINGHAL, 2020). As pessoas acometidas pelo COVID-19 podem apresentar um estado assintomático ou sintomas

relacionados à insuficiência respiratória, como: tosse seca, febre, coriza, congestão nasal, falta de ar, fadiga e outros sintomas respiratórios (JIN *et al.*, 2020).

Perante o avanço da transmissão da doença, as autoridades governamentais adotaram estratégias para reduzir seu avanço (KRAEMER *et al.*, 2020). No Brasil, as estratégias não farmacológicas entraram em vigor diante da emergência causada pela COVID-19. O Ministro da Saúde estabeleceu através da Portaria nº 1.565/20, orientações para prevenção, controle e a mitigação da transmissão e a promoção da saúde física e mental da população. Essa portaria determina medidas não farmacológicas, como o distanciamento social, etiqueta respiratória, uso de máscara, higiene das mãos, limpeza e desinfecção de ambientes, isolamento e quarentena dos casos suspeitos, confirmados e os de contato.

Com os avanços das contaminações, as prevenções não farmacológicas tinham como objetivo controlar a transmissão e prevenir o contágio (BRASIL, 2020). O distanciamento social apresentava como alvo limitar o contato entre pessoas infectadas para reduzir a transmissão. A distância mínima deveria ser ao menos um metro em ambientes fechados, quanto ao ar livre. A higienização das mãos é uma das principais medidas isoladas na disseminação de doenças respiratórias, pois, a transmissão ocorre através delas, ao entrar em contato com a mucosa do nariz, olhos ou boca. Ademais, a etiqueta respiratória é uma das mais importantes para prevenir a disseminação do SARS-CoV-2, sendo um conjunto de medidas adotadas para evitar e/ou reduzir a disseminação de pequenas gotículas, evitando possíveis contaminações de pessoas no mesmo ambiente. Logo, constituindo nas seguintes ações: Cobrir nariz e boca com lenço de papel ao tossir ou espirrar; evitar tocar olhos, nariz e boca com as mãos não lavadas; manter distância mínima de cerca de 1 metro de pessoas que estiverem tossindo ou espirrando; evitar beijos, abraços, e apertos de mãos; higienizar com frequência o aparelho celular e os brinquedos das crianças; não compartilhar objetos de uso pessoal, como: talheres, toalhas, pratos, copos e evitar aglomerações (BRASIL, 2021).

O uso universal de máscaras foi estabelecido tanto nas unidades de saúde, como de uso individual para pessoas com a infecção confirmada ou suspeita (GARCIA; DUARTE, 2020). O uso de máscaras faciais por toda a população é fortemente recomendado como forma de proteção individual para reduzir o risco potencial de exposição ao vírus, achatando a curva epidêmica (CARVALHO; TEIXEIRA, 2020). Nesse contexto, a minimização de contatos pessoais e a promoção

da saúde física, mental e social, constituíram estratégias fundamentais para a mitigação das contaminações.

O presente artigo tem como objetivo construir uma revisão narrativa sobre o uso de medicamentos para tratamento da COVID-19, no Brasil. As buscas se basearam na seguinte questão: Quais os medicamentos usados durante a pandemia para seu controle e os riscos associados?

Estratégias de Promoção da Saúde durante a Pandemia da COVID-19

Durante o cenário pandêmico, as entidades de saúde recomendaram estratégias para minimizar os danos causados pela COVID-19. Diversos estados brasileiros decretaram quarentena, afetando a vida diária da população. Foram lançadas ações voltadas para a promoção da saúde física, mental e social (VAN DEN BROUCKE, 2020).

Bennet e Murphy (1999), baseiam a promoção da saúde na aceitação que as nossas ações comportamentais têm impacto e são responsáveis pela nossa saúde. Bem como a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) traz o conceito de um conjunto de formas e estratégias para produzir saúde, tanto individual como coletiva, com controle e uma ampla participação social (Ministério da Saúde, 2014).

Durante o período pandêmico as estratégias de promoção da saúde estavam entrelaçadas com questões voltadas para educação em saúde através de orientações, palestras e atividades, por meio de tecnologias digitais que contribuíram para a conscientização das pessoas (SILVA *et al.*, 2020). Pois, a educação em saúde interligadas com a promoção causaram o empoderamento e participação da população ajudando a enfrentar esta doença (PALÁCIO; TAKENAMI, 2020). Desse modo, as ações de promoção da saúde ligadas à pandemia estavam sendo realizadas em atividades coletivas conectadas às redes sociais, o uso desse instrumento ajudou a comunicação entre familiares e amigos (SOUZA - JUNIOR, 2020; SOUZA J. *et al.*, 2021). Ações direcionadas à saúde mental fazem-se necessárias, visto que, durante a pandemia, o distanciamento social tornou-se fator de risco para o adoecimento (DUARTE, 2020).

Portanto, houve a necessidade de adotar estratégias de enfrentamento para minimizar os danos, como estabelecer uma rotina de alimentação e sono, realizar exercícios físicos, de relaxamento e cognitivos, assim, como buscar conteúdos que

reestabeleçam a confiança em si, filtrar informações, ficar atento ao consumo de bebidas alcoólicas, procurar apoio especializado e participar de grupos de apoio, focar nos sentimentos e necessidades próprias (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

A fim de evitar a propagação do vírus, o Ministério da Saúde (2020) elaborou um manual com ações para evitar a disseminação, logo assim, as atividades físicas deveriam ser realizadas em casa. Segundo o Colégio Americano de Medicina do Esporte (2020), a prática regular de exercícios físicos deve ser realizada por todos, independentemente de participar de grupo de risco ou não. Sabe-se que o exercício ajuda a melhorar o sistema imunológico, além de controlar a ansiedade e diminuir o estresse (MENEZES, 2021). Em relação às atividades durante a pandemia, é fato a contribuição na melhoria da qualidade de vida, pois mesmo sendo uma estratégia não-farmacológica, os exercícios físicos de forma regular auxiliam na prevenção e no tratamento de doenças de caráter físico, psicológico e ou metabólico (RAIOL, 2020), agindo na promoção e prevenção de patologias.

Durante a crise causada pela COVID-19, o convívio social sofreu alterações, visto que o distanciamento social causou o afastamento das relações familiares, sociais e afetivas, afligindo a vida da população (STURZA; TONEL, 2020). E essas mudanças dificultam a convivência e potencializam os sintomas emocionais, como angústia, insegurança, medo, frustrações, estresse e insônia (BROOKS, *et al.*, 2020). Diante disso, foi necessário adotar medidas que possibilitaram o convívio para reduzir o impacto do distanciamento social. Dessa forma, a pandemia trouxe novos desafios para a promoção de saúde, e ela precisou inovar-se, com soluções e alternativas coletivas e individuais. Os ambientes virtuais tornaram-se possibilidades terapêuticas para fortalecer laços afetivos e a rede de cuidado (RODRIGUES D. *et al.*, 2021).

Entretanto, o acesso aos serviços de saúde nesse período ficou restrito para casos confirmados ou suspeitos (AMARAL; MOURA; NOGUEIRA, 2021). Mediante a isso, como uma tentativa de promover saúde, houve uma procura por fármacos com o intuito de prevenir ou tratar a COVID-19, através da automedicação. Por consequência, essa prática iniciou-se a partir da propagação de informações em mídias sociais (PITTA *et al.*, 2021).

O Uso de medicamentos durante a pandemia de COVID-19

- **Profilaxia Medicamentosa para COVID-19**

Durante os primeiros meses da pandemia a Organização Mundial de Saúde (OMS) afirmou não existirem tratamentos específicos para COVID-19, porém, diversos métodos profiláticos já estavam sendo estudados no intuito de prevenir e tratar a doença (FALAVIGNA M, *et al.*, 2020).

Com o avanço da pandemia, alguns fármacos precisaram ser realocados como alternativas viáveis (SANTOS-PINTO *et al.*, 2021). Assim, surge a proposta para um tratamento precoce com o objetivo de reduzir o desenvolvimento da forma mais grave, enquanto que a profilaxia pretendia conter o número de infectados, ambos com intuito de reduzir a taxa de internações e óbitos (ANDRADE, *et al.*, 2021).

Algumas classes de medicamentos sem qualquer comprovação científica começaram a ser divulgados e a população encorajada a utilizar para profilaxia ou abordagem terapêutica denominada precoce, como a hidroxicloroquina, cloroquina, nitazoxanida, ivermectina, azitromicina e o remdesivir (SANTOS-PINTO *et al.*, 2021). Diante do exposto, a comunidade científica contestou os riscos dessas orientações de uso de medicações, sem adequado suporte experimental.

Riscos da utilização de medicamentos contra a COVID-19.

Cloroquina (CQ) e Hidroxicloroquina (HCQ)

A cloroquina é um antimalárico sintético que possui um nível de segurança adequada usado de forma correta, porém, ao ser administrada por longos períodos apresenta efeitos adversos graves (ZOU *et al.*, 2020). Alguns voltados para sequelas oftalmológicas, como a retinopatia que pode gerar problemas irreversíveis e a perda de visão. E distúrbios cardíacos, arritmias e parada cardíaca (PAUMGARTTEN; OLIVEIRA, 2020). A CQ é um dos medicamentos em destaque no início da pandemia entre os pesquisadores, com a proposta de tratar a COVID-19 (BARBOSA *et al.*, 2021).

A hidroxicloroquina é um derivado hidroxilado da cloroquina foi desenvolvida para tratar a malária, além de possuir prescrições para artrite reumatoide e lúpus. Porém, por possuir efeitos anti-inflamatórios, anti-infecciosos e imunomoduladores, ela foi indicada para tratamento da COVID-19 sendo submetida a diversos estudos (ROLIM, 2021). Teshale (2020), relatou que o uso da HCQ isolada na redução da

mortalidade e na admissão de pacientes na Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) é inseguro, não eficaz e intolerável.

Os efeitos adversos que podem ser ocasionados pela HCQ, envolvem os distúrbios cardíacos, que podem causar arritmia e a parada cardíaca (NINA; DASH, 2020). Além da sua toxicidade, a hidroxicloroquina pode provocar elevação das enzimas hepáticas e ataque agudo com febre. Como também, o risco de supressão de medula óssea e hemólise (SANTOS L *et al.*, 2022).

Portanto, diversos estudos indicaram não haver evidências científicas sobre os benefícios clínicos para os pacientes que apresentaram manifestações de forma leve, moderada ou grave, que utilizaram a hidroxicloroquina e cloroquina (MAISONNASSE *et al.*, 2020).

Ivermectina

A ivermectina foi indicada tanto para a profilaxia quanto para o tratamento e tornou-se mais uma aposta entre os fármacos testados, devido ao seu espectro antimicrobiano. Utilizada principalmente para tratar infecções por parasitas (FLORÊNCIO *et al.*, 2021). Entretanto, os estudos mostraram que doses elevadas e combinações medicamentosas trazem riscos à saúde (BARBOSA *et al.*, 2021). Além dos efeitos adversos cutâneos e oculares (MOHAN; SINHA; UPPAL, 2020).

As grandes dosagens desse fármaco podem penetrar na barreira hematoencefálica, atingindo a transmissão GABAérgica, que pode causar neurotoxicidade e provocar crises epiléticas e psicose (PEDROSO, 2020). Outros riscos encontrados pelo uso exagerado de ivermectina, são os transtornos gastrointestinais, taquicardia, confusão mental, sonolência, entre outros (PRUDÊNCIO; MARQUES, 2021).

Nitazoxanida (NTZ)

A nitazoxanida é mais um dos fármacos sugeridos. O qual possui função antiparasitária, antibacteriana e antiviral (BARIOW, *et al.*, 2020). Esse medicamento possui reações leves e graves, das quais destacam-se: vômitos, diarreia, cefaleia, aumento dos níveis sanguíneos de creatinina, anemia, hipertensão, taquicardia, flatulência, entre outros (ANVISA, 2018).

Entretanto, mesmo apresentando atuações inibindo várias replicações das cepas do vírus Influenza, para tratamento do COVID-19 não houve evidência de sua eficácia (ROCCO *et al.*, 2021). Desse modo, a Associação Médica Brasileira (2021) não recomenda o uso profilático ou em pacientes com quadros leves.

Azitromicina (AZI)

A azitromicina é um dos principais antibióticos pertencentes à família dos macrolídeos. Possui atividade antibacteriana, imunomoduladora e antiviral (CACHONI, *et al.*, 2022). Indicado para tratamento das infecções do trato respiratório, genitais e afecções da pele (FLORÊNCIO *et al.*, 2021)

O uso do AZI de forma inadequada durante a pandemia pode gerar o aumento expressivo na taxa de resistência bacteriana, a prescrição deste fármaco buscou-se na tentativa de impedir a replicação viral. (FREIRES; JUNIOR, 2021).

A utilização sem eficácia comprovada para COVID-19 pode causar reações adversas. Conforme Correa e colaboradores (2021), destacam-se os efeitos colaterais ao trato gastrointestinal, gastrite e náuseas.

Remdesivir

O medicamento antiviral intravenoso remdesivir é um pró-fármaco criado como opção de tratamento contra a infecção pelo vírus Ebola. Mesmo após a sua aprovação emergencial pela agência reguladora norte-americana, o remdesivir apresentou em estudos clínicos resultados modestos (FERREIRA; ANDRICOPULO, 2020). O medicamento possui alguns efeitos colaterais não tão graves, ligados a sintomas gastrointestinais como, vômitos, náuseas e gastroparesia (LUZ P. *et al.*, 2020). Entretanto, para o tratamento e redução da mortalidade por COVID-19, o remdesivir não possui efeito, segundo estudos científicos consultados (TANNI *et al.*, 2022).

Tratamento da Infecção pelo SARS-CoV-2 – COVID-19

A COVID-19 levou a comunidade médica a tomar decisões rápidas, diante da necessidade de oferecer opções de tratamento. Desse modo, partindo do ponto ético de não maleficência passou-se a utilizar medicamentos já comprovados

cientificamente para outras indicações. Pois, frente à pandemia realizar ensaios clínicos randomizados (ECR) controlados por placebo demandaria tempo, mesmo sendo a melhor fonte de evidência para pesquisas clínicas não trariam resultados em tempo hábil necessário para urgência causada pela COVID-19 (ESCOSTEGUY; 1999, ZIMERMAN *et al.*, 2021).

O reaproveitamento dos fármacos foi considerado uma vantagem, logo reduziria o tempo e o custo para o desenvolvimento de um novo fármaco. Visto que, os pacientes precisavam de um tratamento urgente e eficaz (INCERTI *et al.*, 2021). Em meio as incertezas causadas pelo vírus, diversos médicos escolheram a conduta da prescrição de antimicrobianos, conforme aponta Knight e colaboradores (2021) por duas razões, a primeira seria porque os sintomas da COVID-19 são semelhantes a pneumonia bacteriana, a segunda porque os pacientes podem adquirir uma coinfeção secundária necessitando tratamento antimicrobiano.

Partindo desse pressuposto, surge o “Kit COVID” perante a sociedade, incentivado principalmente por figuras políticas. Nos Estados Unidos, o ex-presidente Donald Trump defendeu que a azitromicina e a hidroxicloroquina eram a bala de prata para “*virar o jogo*” contra a COVID-19 (IDOETA, 2021). Em solo brasileiro, o uso desses fármacos foi divulgado através do atual presidente Jair Bolsonaro, que defendeu a utilização dos fármacos (MOTA, 2021). Logo assim, os indivíduos contaminados passariam a ser tratados com uma combinação de medicamentos considerada a melhor solução disponível, com baixos custos que permitem a sua aplicação em larga escala (DUARTE; BENETTI, 2022).

Entretanto, diferentes estudos sobre essas alternativas profiláticas e curativas demonstraram possível ausência da eficácia e segurança (LIMA *et al.*, 2020). Ou seja, os países que tinham autorizado o uso dessas substâncias voltaram atrás nos seus protocolos (SANTOS-PINTO; MIRANDA; OSORIO-DE-CASTRO, 2020). Durante o mês de junho de 2020, o governo dos Estados Unidos interrompeu a indicação do uso emergencial da cloroquina e hidroxicloroquina para pacientes hospitalizados fora de ensaios clínicos. Após o comunicado da Agência Americana de Administração e Alimentos e Medicamentos (FDA), afirmou que os supostos benefícios atribuídos a esses fármacos não compensam os riscos causados pelo seu uso (FOOD AND DRUG ADMINISTRATION, 2020).

Todavia, o governo brasileiro através da figura política do atual presidente buscou em todos os meios formas de divulgar impor o uso desses fármacos

(MORAES; LIMA, 2021). Dessa forma, Bolsonaro passou a representar a negação do conhecimento científico através de *Fake News* com alternativas de tratamento (HENRIQUE; VASCONCELOS, 2020). Dessa maneira, as falas do presidente podem ter auxiliado na propagação da doença no país, ainda mais que muitos passaram a acreditar na eficácia do suposto tratamento (RUIZ *et al.*, 2021).

A alternativa dada pelo governo, foi a disponibilização do "Kit COVID" nas Estratégias de Saúde da Família (ESF) e essa orientação foi adotada por alguns municípios com a permissão do governo federal (CELESTINO, 2020). O Kit COVID contém uma associação de vários medicamentos que englobam, o hidroxicloroquina, a cloroquina, ivermectina, azitromicina e outros medicamentos conforme a localidade de sua distribuição (ALENCAR *et al.*, 2021). Abaixo, o quadro 1 ilustra os fármacos mais indicados para COVID-19 no Brasil.

Quadro 1- Fármacos indicados para tratamento medicamentoso da COVID-19

MEDICAMENTO	GRUPO FARMACOLÓGICO	INDICAÇÕES
Hidroxicloroquina	Antimalárico/ Antirreumático	Malária, Lúpus, Artrite reumatoide
Cloroquina	Antimalárico/ Antirreumático	Malária, Artrite reumatoide
Ivermectina	Antiparasitário	Doenças Parasitárias
Nitazoxanida	Antiprotzoários/ Antiparasitário	Doenças Parasitárias
Azitromicina	Antibacteriano	Cranco mole (Granuloma inguinal), Infecção por clamídias, Infecções em geral.
Remdesivir	Antiviral	Infecção por Ebola

Fonte: ANVISA.

É evidente que, a divulgação desses possíveis tratamentos e a cultura da automedicação, gerou agravos frente à pandemia. Pois, não existiam alternativas preventivas e muito menos terapêuticas (MALTA *et al.*, 2020), ainda assim, parte da população seguiu com o uso de diversos desses medicamentos por conta própria, sejam para profilaxia ou o chamado “tratamento precoce”.

Automedicação Durante a Pandemia da Covid-19

A Organização Mundial de Saúde (2020), estabelece a automedicação como parte do autocuidado, definida como o uso de medicamentos para tratar e curar problemas autodiagnosticados ou administração de medicamentos por vontade própria e até por incentivo de outra pessoa. Por outro lado, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA, 2021) afirma que a automedicação é o uso de medicamentos sem a prescrição, acompanhamento ou orientação médica ou do dentista. Por consequência, a utilização de fármacos sem supervisão pode gerar efeitos significativos para a saúde.

A automedicação é um fato que está sendo discutido globalmente, pois, mesmo sendo considerada um autocuidado, esse fenômeno possui a capacidade de causar efeitos indesejáveis, intoxicações e reações adversas e até mesmo mascarar doenças (MALIK *et al.*, 2020; ARRAIS *et al.*, 1997). No Brasil, a automedicação ganha destaque a partir da crise no setor de saúde, uma vez que o país é um dos principais consumidores de medicamentos (DOS SANTOS; FERREIRA, 2012).

O surgimento de um vírus alarmante e a falta de conhecimento, informação e divulgação levou a elevação do consumo de fármacos mundialmente (CARDOSO; SILVA; RAMINELLI, 2020). Sem dúvida, a COVID-19 impactou de forma considerável a vida da população e influenciou na prática da automedicação. Entretanto, o consumo de determinados medicamentos pode gerar escassez desses fármacos para aqueles que realmente necessitam, como também, gerar efeitos colaterais e fatalidades (MALLHI, 2020).

No Brasil, a automedicação não foi realizada apenas com o uso de medicamentos isentos de prescrição (MIPs), grande parte dos casos faziam uso *off label* de medicamentos, o chamado “Kit-COVID”, que concentrava-se em um grupo de medicamentos sem comprovações científicas conclusivas. A prescrição de cloroquina, hidroxicloroquina, ivermectina e nitazoxanida, tornou-se comum, sendo eles incentivados e divulgados nas mídias sociais (MELO *et al.*, 2021).

Mesmo diante de toda a busca por opções terapêuticas para tratamento da COVID-19, a vacinação tornou-se a maior esperança de controle da pandemia e com ela foi possível reduzir mortes e infecções. Além disso, junto com cuidados individuais, seguiremos para uma realidade sem máscara e protegidos no "novo normal" (FACCIN-GALHARDI 2021; ROCHA *et al.* 2021). Graças ao avanço da vacinação, e a redução

da incidência de novos casos, diversas cidades e estados brasileiros passaram a suspender as medidas restritivas contra a COVID-19. Os gestores tomaram essa decisão a partir da melhora dos indicadores, com considerações a autonomia individual e os aspectos socioculturais coletivos (FILHO; VIEIRA, 2020).

Mesmo após a flexibilização muitas pessoas estão com medo de retomar a rotina sem equipamentos de proteção (STUART *et al.*, 2022). Porém, as autoridades sanitárias afirmam que apesar da disponibilidade de vacinação e a flexibilização das medidas, o risco de contato ainda existe. Desse modo é necessário que a população mantenha ou adote hábitos que auxiliam na diminuição do risco de transmissão, cuidados que certamente se aplicam a outras viroses sazonais no Brasil (MORAES R. *et al.*, 2020).

Em 2021, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou alguns medicamentos para uso emergencial são eles: Remdesivir, Sotrovimabe, Baricitinibe, Evusheld (cilgavimabe + tixagevimabe), Banlanivimabe e etesevimab, Casirivimabe e imdevimabe, Regkirona (regdanvimabe) Molnupiravir e Paxlovid (nirmatrelvir + ritonavir).

Porém, nos dois primeiros meses de 2022 os medicamentos Casirivimabe e imdevimabe, Regkirona, Banlanivimabe e etesevimab foram revogados pela agência, pois, não apresentaram dados sobre sua eficácia diante das variantes. No momento atual, seis medicamentos possuem aprovação para uso emergencial com registro sanitário:

O **Evusheld** – é aplicado via intramuscular e deve ser administrado antes da exposição a convite 19, entretanto, ele não substitui a vacinação.

Paxlovid e Molnupiravir – antivirais orais, uso adulto, para aqueles pacientes que não precisam de oxigênio suplementar.

Baricitinebe – os horário, indicado para pacientes hospitalizados que precisam utilizar cateter nasal ou máscara de oxigênio.

Sotrovimabe – medicamento e cavernoso indicado para tratar adolescentes e adultos que possuem risco de evolução da doença para o seu estado mais grave.

Remdesivir – antiviral injetável, o uso em adultos e adolescentes. Somente para pacientes que apresentam pneumonia e precisam de oxigênio extra.

Além disso, outras medicações e vacinas estão sob análise da Anvisa para assegurar os tratamentos adequados e específicos para os quadros da doença visando minimizar os danos e salvar vidas.

6 CONCLUSÃO

A emergência de saúde pública causada pelo COVID-19 modificou o cotidiano da população. A pandemia necessitou de respostas imediatas, porém, as incertezas sobre o novo coronavírus alavancou uma briga política e científica que foi reforçada com a propagação de informações falsas, que levou parte da população a desacreditar na ciência e se automedicar com drogas sem comprovação científica diante da COVID-19.

No decorrer da pandemia, estratégias de controle visavam reduzir a exposição/contaminação e a sobrecarga no sistema de saúde. Portanto, elas passaram a ser desacreditadas pelo chefe de estado brasileiro o que deixou a crise sanitária ainda mais complexa e a população desorientada. Dessa forma, a negação da ciência e ausência de um tratamento específico causou o realocamento de medicamentos já utilizados para outras patologias. Ou seja, o medo por não haver nenhuma terapia disponível acabou expondo a população a riscos pelo consumo inadequado dos medicamentos. Neste contexto, pontua-se que evidências científicas são importantes para o estabelecimento de efetividade clínica do uso de medicamentos para condições emergentes, como a COVID-19, não baseando-se em posicionamento de políticos ou indicações pessoais. Ademais, é importante seguir os protocolos confiáveis para evitar intoxicações medicamentosas e agravamento dos quadros de infecções

No Brasil, as falas insistentes do governo brasileiro incentivando o uso de medicamentos sem base científica, fato que expôs a população brasileira aos efeitos destes fármacos. Ao longo desse processo, a automedicação cresceu durante a pandemia, as pessoas passaram a adquirir medicamentos de forma imprudente, para profilaxia ou tratamento da COVID-19, sem a prescrição, sem conhecer o risco a qual estavam sendo expostas.

Os discursos negacionistas e desinformativos frente ao cenário pandêmico foram aumentando conforme a pandemia crescia. Do tratamento precoce à vacina, as fake News sensacionalistas tiveram impactos negativos na saúde dos indivíduos. As teorias de conspiração enfraqueceram a credibilidade da população sobre a eficácia da vacinação e este fato reverbera na redução de vacinação de outras condições clínicas, na atualidade.

Desse modo, conclui-se que o negacionismo, a divulgação de medicamentos sem eficácia expuseram as pessoas a riscos clínicos e comprometimento da terapia racional com fármacos com base em evidências científicas, além de prejudicar o avanço da vacinação e favorecer a propagação do COVID-19 no Brasil. Assim, o controle da pandemia foi comprometido e a média móvel de contaminações e óbitos se manteve em alta por bastante tempo, levando o Brasil a ser o país com a segunda maior mortalidade do mundo por COVID-19.

CONFLITOS DE INTERESSE

A autora declara que não houve conflitos de interesses.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Valentina Barbosa de. *et al.* Os riscos do uso irracional de medicamentos diante da pandemia da COVID-19. *In: Seminário de pesquisa/seminário de iniciação científica. Anais 19º Seminários de Iniciação Científica da Uniandrade-2021/2022.* Curitiba, v. 19, n.19, 2021. Disponível em: <https://revista.uniandrade.br/index.php/IC/article/view/2485/1617>. Acesso em: 10 out. 2022.

ALFONSO, J. Rodriguez-Morales. *et al.* COVID-19, an Emerging Coronavirus Infection: Current Scenario and Recent Developments – An Overview, *J. Puro Aplic. Microbiol.*, Índia, v.14, n.1, p. 05-12, 2020. Disponível em: <https://microbiologyjournal.org/contact-us/>. Acesso em: 10 nov. 2022.

AMARAL, Evanilton Araújo. MOURA, Wiltamara Lacerda de. NOGUEIRA, Apolonia Maria Tavares. **Uso dos serviços de saúde durante a pandemia do covid-19 na zona rural: projeto de intervenção.** [s. l: s. n.], 2022. Disponível em: <https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/24022/1/EVANILTON%20ara%C3%BAio%20amaral.pdf> Acesso em: 10 out. 2022.

ANDRADE, Eder Aleksandro. MORENO, Vanessa Generale. ORTIZ, Mariana Aparecida. Perfil de uso de medicamentos e automedicação, em uma população universitária, frente a pandemia da Covid-19. **Revista Brasileira de Desenvolvimento**, [S. l.], v. 7, n. 7, pág. 73772–73784, 2021. Disponível em: <https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/view/33367>. Acesso em: 28 set. 2022.

Agência Nacional De Vigilância Sanitária. **ANNITA®** - nitazoxanida. Farm. Resp: Dra. Marcia Weiss I. Campos - CRF-RJ no 4499. Farmoquímica S/A. 2018.

Agência Nacional De Vigilância Sanitária. **Consulta Pública nº 95, de 19 de novembro de 2001.** Brasília: ANVISA, 2001.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa. **Medicamentos aprovados para COVID-19.** Brasília. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/paf/coronavirus/medicamentos>. Acesso em: 31 out. 2022.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, **Vacinas.** Brasília. 10 out. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/paf/coronavirus/vacinas>. Acesso em: 11 jun. 2022.

ARRAIS, Paulo Sérgio de. *et al.* Perfil da automedicação no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, fev. 1997. v. 31, n. 1, p. 71–77. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/yMXnDgvKwzmqB7VcyYLJJcT/?lang=pt>. Acesso em: 23 out. 2022.

ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA. **Nitazoxanida na profilaxia da covid-19 ou no tratamento da covid-19 leve.** [S.l.]: Associação Médica Brasileira, [s.d.].

Disponível em: <https://amb.org.br/wp-content/uploads/2021/10/NITAZOXANIDA-NA-COVID-19-FINAL-12.07.2021.pdf>. Acesso em: 28 set. 2022.

BARBOSA, Alyne Maria da Costa. *et al.* Reaproveitamento de medicamentos para a COVID-19: aconselhável ou não? **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 10, n. 17, p. e197101724278, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/24278>. Acesso em: 23 out. 2022.

BARLOW, Ashley. *et al.* Review of Emerging Pharmacotherapy for the Treatment of Coronavirus Disease 2019. **Pharmacotherapy: The Journal of Human Pharmacology and Drug Therapy**, Estados Unidos, v. 40, n. 5, p. 416–437, 2020. Disponível em: <https://accpjournals.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/phar.2398>. Acesso em: 23 out. 2022.

BENNET, P.; MURPHY, S. **Psicologia e promoção da saúde**. Lisboa: Climepsi, 1999.

BING. **Rastreador do COVID-19**. [S. l.: s. n.], 2022. Disponível em: <https://www.bing.com/covid?form=C19WID>. Acesso em: 23 out. 2022.

BOCHI, Maria Eduarda. *et al.* Tecnologias empregadas para a produção da vacina da covid-19, quanto a sua segurança e eficácia. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA-UNIANDRADE, **Anais 19º Seminários de Iniciação Científica da Uniandrade-2021/2022**. Curitiba, v. 19, n. 19. 2022. Disponível em: <https://revista.uniandrade.br/index.php/IC/article/view/2548>. Acesso em: 06 maio 2022.

BRAGA, Joelma Correia Beraldo; SILVA, Luan Ramos da. Consumo de plantas medicinais e fitoterápicos no Brasil: perfil de consumidores e sua relação com a pandemia de COVID-19. **Brazilian Journal of Health Review**, [S.l.] v. 4, n. 1, p. 3831–3839, 2021. Disponível em: <https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BJHR/article/view/25393>. Acesso em: 15 jun. 2022.

BRASIL. **Guia Prático de Atualização**. Departamento Científico de Imunizações. Sociedade Brasileira de Pediatria. v. 12, n. 1, 27 de janeiro de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria Nº 3.916, de 30 de Outubro de 1998**. Aprova a Política Nacional de Medicamentos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 out 1998. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1998/prt3916_30_10_1998.html. Acesso em: 8 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Nº 1.565, DE 18 DE JUNHO DE 2020. Estabelece orientações gerais visando à prevenção, ao controle e à mitigação da transmissão da COVID-19. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 jun 2020. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2020/prt1565_19_06_2020.html. Acesso em: 08 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política nacional de medicamentos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1998/prt3916_30_10_1998.html. Acesso em: 8 nov. 2022.

BRASIL. Como se proteger? **Ministério da Saúde**, Brasília, 10 abr. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/como-se-proteger#:~:text=Entre%20as%20medidas%20indicadas%20pelo,%2D19%2C%20conforme%20orienta%C3%A7%C3%B5es%20m%C3%A9dicas>. Acesso em: 10 maio 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude.pdf. Acesso em: 10 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Orientações do Ministério da Saúde para manuseio medicamentoso precoce de pacientes com diagnóstico da Covid-19**. Brasília: Ministério da Saúde, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/arquivos/orientacoes-manuseio-medicamentoso-covid19-pdf>. Acesso em: 10 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria. Resolução nº 338, de 06 de maio de 2004**, Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2004/res0338_06_05_2004.htm. Acesso em: 21 out. 2022.

BRITO, Sávio Breno Pires. et al. Pandemia da COVID-19: o maior desafio do século XXI. **Vigil Sanit Debate**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 54–63, 2020. Disponível em: <https://visaemdebate.incqs.fiocruz.br/index.php/visaemdebate/article/view/1531>. Acesso em: 29 set. 2022.

BROOKS, Samantha Kelly *et al.* The psychological impact of quarantine and how to reduce it: rapid review of the evidence. **The Lancet**, London, v. 395, n. 10227, p. 912–920, 2020. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)30460-8/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)30460-8/fulltext). Acesso em: 23 out. 2022.

CACHONI, Anna Clara *et al.* Perfil de Segurança e Eficácia Clínica da Azitromicina no Tratamento da COVID-19: Revisão da Literatura. **Archives of Health Investigation**, Paraná, v. 11, n. 2, p. 332–336. 2022. Disponível em: <https://archhealthinvestigation.emnuvens.com.br/ArchHI/article/view/5780>. Acesso em: 24 set. 2022.

CAETANO, Rosângela. *et al.* Desafios e oportunidades para telessaúde em tempos da pandemia pela COVID-19: uma reflexão sobre os espaços e iniciativas no contexto brasileiro. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 5. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/swM7NVTrnYRw98Rz3drwpJf>. Acesso em: 23 mar. 2022.

CARVALHO, Welligton. TEIXEIRA, Lara Azevedo. As máscaras faciais podem proteger contra a COVID-19? **Revista Interamericana de Medicina e Saúde**, [S. l.],

v. 3, 2020. Disponível em: <https://iajmh.emnuvens.com.br/iajmh/article/view/132>. Acesso em: 12 mai. 2022.

CELESTINO, Carlos. **Centro de Triagem entregou mais de 12 mil kits de medicamentos para tratamento da Covid-19**. Mato Grosso: Governo do Mato Grosso, 2 set. 2020. Disponível em: <http://www.mt.gov.br/-/15304126-centro-de-triagem-entregou-mais-de-12-mil-kits-de-medicamentos-paratratamento-da-covid-19>. Acesso em: 22 maio 2022.

CORMAN, Victor Max. *et al.* Hosts and Sources of Endemic Human Coronaviruses. **Advances in Virus Research**. Nova York, v. 100, p. 163–188. 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29551135/>. Acesso em: 22 maio. 2022.

CORREA, Leonardo Tibiriçá. *et al.* Potencial Atividade Antiviral da Azitromicina: Revisão sistemática. **Revista Intertox de Toxicologia, Risco Ambiental e Sociedade**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 43-53, 2021. Disponível em: <http://autores.revistarevinter.com.br/index.php?journal=toxicologia&page=article&op=view&path%5B%5D=479>. Acesso em: 10 set. 2022.

CRODA, Julio. *et al.* COVID-19 in Brazil: advantages of a socialized unified health system and preparation to contain cases. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, Uberaba, v. 53. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsbmt/a/bwLKC6ZfGhyFn3mp4RDhdQ>. Acesso em: 23 out. 2022.

DALLAVILLA, Tiziano. *et al.* Bioinformatic analysis indicates that SARS-CoV-2 is unrelated to known artificial coronaviruses. **European Review**, Roma, v. 24, n. 8, p. 4558-4564, 2020. Disponível em: <https://www.europeanreview.org/article/21041>.

DASH, Aditya Prasad.; NINA, Praveen Balabaskaran. Hydroxychloroquine as prophylaxis or treatment for COVID-19: What does the evidence say? **Indian Journal of Public Health**, Estados Unidos. v. 64, n. 6, p. 125. 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32496241/>. Acesso em: 03 out. 2022.

DOURADO, Daniel de Araújo. *et al.* **Excelentíssimo senhor presidente da câmara dos deputados da república federativa do brasil**. [s.l.: s.n., s.d.]. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/ex-ministro-saude-assina-pedido.pdf>. Acesso em: 12 out. 2022.

ESCOSTEGUY, Claudia Caminha. Tópicos Metodológicos e Estatísticos em Ensaio Clínicos Controlados Randomizados. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, Rio de Janeiro, v. 72, ed. 2, p. 139-143, 1999. Disponível em: <http://publicacoes.cardiol.br/abc/1999/7202/72020002.pdf>. Acesso em: 4 out. 2022.

FACCIN-GALHARDI, Ligia Carla. *et al.* vacinas virais e perspectivas para o controle de epidemias e pandemias. **Ciências da Saúde: desafios, perspectivas e possibilidades**, [S.I.], v. 1, p. 249–277. 2021. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.org/articles/210604998.pdf>. Acesso em: 12 out. 2022.

FALAVIGNA, Maicon. *et al.* Diretrizes para o tratamento farmacológico da COVID-19. Consenso da Associação de Medicina Intensiva Brasileira, da Sociedade Brasileira de Infectologia e da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia. **Revista Brasileira de Terapia Intensiva**, Porto Alegre. v. 32, n. 2, p. 166-196, 2020. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7405746/>. Acesso em: 18 fev. 2021.

FERREIRA, Leonardo Luiz Gomes; ANDRICOPULO, Adriano Defini. Medicamentos e tratamentos para a Covid-19. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 100, p. 7–27. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/gnxzKMshkcpd7kgRQy3W7bP/?lang=pt>. Acesso em: 03 out. 2022.

FILLER, Luiz Nison. *et al.* Caracterização de uma amostra de jovens e adultos em relação à prática de automedicação. **Psicologia e Saúde em Debate**, Patos de Minas. v. 6, n. 2, p. 415–429. 2020. Disponível em: <http://psicodebate.dpgpsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/V6N2A27>. Acesso em: 17 mar. 2022.

FLOSS, Mayaro *et al.* Cronologia do “tratamento precoce” para COVID-19 no Brasil: desinformação e comunicação do Ministério da Saúde. **Jornal E-compos**. São Paulo. 2021. Disponível em: <https://mediarxiv.org/kgm65>. Acesso em: 25 mar. 2022.

FRANCISCO, Rayssa Alves. *et al.* Riscos da automedicação durante a pandemia COVID - 19. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar - ISSN 2675-6218**, [S. l.], v. 2, n. 11, p. e2111001. 2021. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/1001>. Acesso em: 26 mar. 2022.

FREIRES, Marinete Sousa; JUNIOR, Omero Martins Rodrigues. Resistência bacteriana pelo uso indiscriminado da azitromicina frente a Covid-19: uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 11, n. 1, p. 01-11, 2022. e31611125035. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/25035>. Acesso em: 24 set. 2022.

GARCIA, Leila Posenato; DUARTE, Elisete. Intervenções não farmacológicas para o enfrentamento à epidemia da COVID-19 no Brasil. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 29, n. 2, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/B7HqzhTnWCvSXKrGd7CSjhm/>. Acesso em: 13 set. 2022.

GERÔNIMO, Audrey Moura Mota. **A percepção do vivido pelas pessoas com sequelas da COVID-19**. 2021. 125 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Escola de Enfermagem, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Maceió, 2021. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/jspui/bitstream/123456789/8781/1/A%20percep%C3%A7%C3%A3o%20do%20vivido%20pelas%20pessoas%20com%20sequelas%20da%20COVID-19.pdf>. Acesso em: 15 out. 2022.

GONÇALVES, Sâmya Maria Lima; MACHADO, Maria de Fátima Antero Sousa. Opinião de um grupo de cuidadores sobre a imunização básica. **Rev. RENE**,

Fortaleza, v.9, n.1, p.45-51, 2008. Disponível em:
<http://www.periodicos.ufc.br/rene/article/view/4980>. Acesso em: 10 mai. 2022.

GONZAGA, Thiago Luiz Barros; ANDRADE, Leonardo Guimarães de. “O papel do farmacêutico na pandemia de COVID-19”. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 8, n. 5, p. 305–317. 2022. Disponível em: <https://www.periodicorease.pro.br/rease/article/view/5208>. Acesso em: 15 out. 2022.

HENRIQUES, Cláudio Maierovitch Pessanha; VASCONCELOS, Wagner. Crises dentro da crise: respostas, incertezas e desencontros no combate à pandemia da Covid-19 no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 99, p. 25–44, 2020. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ea/a/BWWTW6DL7CsVWYrqcMQYVkB/?lang=pt#>. Acesso em: 9 out. 2022.

HERMES, Fernanda Silva. *et al.* Análise de tratamentos profilático para a COVID-19: uma revisão integrativa. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, [S.l.], v. 13, n. 5, p. e7167. 2021. Disponível em:
<https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/7167>. Acesso em: 14 ago. 2022.

IDOETA, Paula Adamo. A história de Bolsonaro com a hidroxiclороquina em 6 pontos - BBC News Brasil. **BBC News Brasil**. Disponível em:
<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57166743>. Acesso em: 5 out. 2022.

INCERTI, Milena Kerbe. *et al.* Reaproveitamento de medicamentos para COVID-19: uma visão geral. **Saúde**, Santa Maria -RS, v. 48, n. 1, 2022. Disponível em:
<https://periodicos.ufsm.br/revistasaude/article/view/67893>. Acesso em: 5 out. 2022.

JIN, Ying Hui. *et al.* A rapid advice guideline for the diagnosis and treatment of 2019 novel coronavirus (2019-nCoV) infected pneumonia (standard version). **Military Medical Research**, [S.l.], v. 7, n. 1. 2020. Disponível em:
<https://mmrjournal.biomedcentral.com/articles/10.1186/s40779-020-0233-6>. Acesso em: 13 mai. 2022.

KRAEMER, Moritz UG. *et al.* “The effect of human mobility and control measures on the COVID-19 epidemic in China.” **Science**, New York, v. 368, n. 6490, p. 493-497, 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32213647/>. Acesso em: 13 mai. 2022.

LEMKE, Matheus Aron; FILHO, José Roberto Alves. Assistência Farmacêutica: novas perspectivas sobre a atuação farmacêutica frente à pandemia do COVID-19. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 11, n. 12, pág. e182111234500, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i12.34500. Disponível em:
<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/34500>. Acesso em: 23 out. 2022.

LIMA, Eduardo Jorge da Fonseca; ALMEIDA, Amalia Mapurunga; KFOURI, Renato de Ávila. Vaccines for COVID-19 - state of the art. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 21, n.1, p. 13–19. 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/hF6M6SFrhX7XqLPmBTwFfVs/?lang=pt>. Acesso em: 12 out. 2022.

LIMA, Daniel Souza. *et al.* Recomendações para cirurgia de emergência durante a pandemia do COVID-19. **Journal of Health & Biological Sciences**, Ceará, v. 8, n. 1, p. 1. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unichristus.edu.br/jhbs/article/view/3176>. Acesso em: 17 mar. 2022.

LIMA, José Virgulino de Oliveira *et al.*, Potential risk of investigated drugs for the treatment of covid-19: drugs interactions, **Revista Prevenção de Infecção e Saúde**, Ribeirão Preto, v. 6, 2020. Disponível em: <https://www.ojs.ufpi.br/index.php/nupcis/article/view/10829/pdf>. Acesso em: 9 set. 2022.

LUZ, Alessandra Rocha; NORONHA, Rogério Mendonça de; NAVARRO, Túlio Pinho. COVID – 19: medidas de prevenção de lesão por pressão ocasionadas por equipamentos de proteção individual em profissionais da saúde. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, Rio de Janeiro, v. 93, p. e–020011, 2020. DOI: 10.31011/reaid-2020-v.93-n.0-art.768. Disponível em: <https://www.revistaenfermagematual.com.br/index.php/revista/article/view/768>. Acesso em: 29 set. 2022.

LUZ, Pedro Miguel Calife da. *et al.* Perspectiva no progresso de elucidação do uso do remdesivir na terapêutica da covid-19. **Revista Científica Integrada**, Guarujá, v. 4,, n. 4, 2020. Disponível em: <https://www.unaerp.br/revista-cientifica-integrada/edicoes-anteriores/volume-4-edicao-4/3690-rci-covideremdesivir-072020/file>. Acesso em: 4 out. 2022.

MAISONNASSE, Pauline. *et al.* Hydroxychloroquine use against SARS-CoV-2 infection in non-human primates. **Nature**, London, v. 585, n. 7826, p. 584–587, 2020. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41586-020-2558-4>. Acesso em: 3 set. 2020.

MUKHERJEE, Raju. Global efforts on vaccines for COVID-19: Since, sooner or later, we all will catch the coronavirus. **Journal of Biosciences**, Índia, v. 45, n. 1, 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32385219/>. Acesso em: 16 out. 2022.

MALIK, Muna. *et al.* Self-medication during Covid-19 pandemic: challenges and opportunities. **Drugs & Therapy Perspectives**, Mairangi Bay, v. 36, n. 12, p. 565–567. 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33041621/>. Acesso em: 23 out. 2022.

MALLHI, Tauqeer Hussain *et al.* Chloroquine and Hydroxychloroquine in COVID-19: Practice Implications for Healthcare Professionals. **Journal of the College of Physicians and Surgeons Pakistan**, Karachi, v. 30, n. 2, p. 124–128. 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33115586/>. Acesso em: 23 out. 2022.

MALTA, Deborah Carvalho *et al*, A pandemia da COVID-19 e as mudanças no estilo de vida dos brasileiros adultos: um estudo transversal, 2020, **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 29, n. 4, 2020.

MARQUES, Ronualdo; RAIMUNDO, Jerry Adriano. O negacionismo científico refletido na pandemia da covid-19. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 7, n. 20, p. 67–78, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.5148526. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/410>. Acesso em: 22 out. 2022.

MAURÍCIO, Fernanda Dias. **Avaliação da prática de automedicação pelos estudantes da UFCG-campus Cuité durante a pandemia da covid-19**. 2022. 66 f. TCC (Graduação) - Curso de Farmácia, Centro de Educação e Saúde, Universidade Federal de Campina Grande, Cuité, 2022. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/24421/1/FERNANDA%20DIAS%20MAURICIO%20-%20TCC%20BACHARELADO%20EM%20FARM%20C%81CIA%20CES%202022.pdf>. Acesso em: 10 set. 2022.

MELO, Elainy Lopes de; ABREU, Clézio Rodrigues de Carvalho. A assistência farmacêutica durante a pandemia de covid-19 no Brasil. **Revista JRG de Estudos Acadêmico**, [S. l.], v. 5, n. 10. 2022. Disponível em: <https://zenodo.org/record/6950481#.Y1V9nFXMLIU>. Acesso em: 23 out. 2022.

MENEZES, Carolline Rodrigues; SANCHES, Cristina; CHEQUER, Farah Maria Drumond. Efetividade e toxicidade da cloroquina e da hidroxicloroquina associada (ou não) à azitromicina para tratamento da COVID-19. O que sabemos até o momento? **Journal of Health & Biological Sciences**, Ceará, v. 8, n. 1, p. 1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unichristus.edu.br/jhbs/article/view/3206>. Acesso em: 21 out. 2022.

MOTA, Thais Moreira. **Avaliação de Terapias Medicamentosas utilizadas no Manejo da COVID-19: Análise de Risco e Benefício do “Kit COVID” e Prospecção de Potenciais Tratamentos**. 2021. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

MOHAN, Prafull; SINHA, Sharmila; UPPAL, Rajdeep. Role of ivermectin in COVID-19: Wishful thinking or scientific optimism. **Journal of Marine Medical Society**, India, v. 22, n. 3, p. 27–31. 2020. Disponível em: <https://search.bvsalud.org/global-literature-on-novel-coronavirus-2019-ncov/resource/en/covidwho-1011696>. Acesso em: 23 out. 2022.

MOMEKOV, Georgi. MOMEKOVA, Denitsa. Ivermectin as a potential COVID-19 treatment from the pharmacokinetic point of view: antiviral levels are not likely attainable with known dosing regimens. **Biotechnology & Biotechnological Equipment**, Bulgária, v. 34, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13102818.2020.1775118>.

MORAES, Danielle Ribeiro de; LIMA, Clovis Ricardo Montenegro de. Atenção básica e tratamento precoce contra a Covid-19: entre o charlatanismo engajado e as evidências científicas e boas práticas terapêuticas. **Asklepion: Informação em**

Saúde, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 50–63, 2021. Disponível em: <https://www.asklepionrevista.info/asklepion/article/view/6>. Acesso em: 9 out. 2022.

MORAES, Rodrigo Fracalossi de; Silva, Lara Livia S. Toscano,; Cristiana M. *et al*, **Nota Técnica COVID-19 e medidas de distanciamento social no brasil: análise comparativa dos planos estaduais de flexibilização**, [s.l.]: IPEA, 2020. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10165/1/NT_25_Dinte_Covid19MedDistSocPlaEstFlex.pdf. Acesso em: 15 out. 2022.

NUNES, Raquel Soares Casaes. *et al*. Perspectivas da população brasileira sobre as vacinas COVID-19 como método de prevenção. **Conjecturas**, [S. l.], v. 21, n. 4, p. 246–255, 2021. DOI: 10.53660/CONJ-180-514. Disponível em: <http://www.conjecturas.org/index.php/edicoes/article/view/180>. Acesso em: 11 out. 2022.

NUNES, Viviane Abreu. *et al*. As vacinas para COVID-19 e suas tecnologias: potencial e perspectivas: Vacinas para Covid-19. **Cadernos de História da Ciência**, São Paulo, v. 15, n. 1, 2022. Disponível em: <https://periodicos.saude.sp.gov.br/cadernos/article/view/36516>. Acesso em: 11 out. 2022.

OLIVEIRA, Andresa Moura de. *et al*. Mecanismo de ação das vacinas utilizadas para a covid-19 atualmente como uso emergencial no brasil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 7, n. 11, p. 1087–1106, 2021. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/3147>. Acesso em: 12 out. 2022

OLIVEIRA, Caroline Santos Possidônio de. **O impacto da pandemia da COVID-19 na saúde mental de profissionais de enfermagem que atuam na linha de frente**. 2021. 77 f. Monografia (Bacharel em Enfermagem) - Centro Universitário AGES, Paripiranga, 2021. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/20787/1/CAROLINE%20POSSID%20C3%94NIO-%20ENF.pdf>. Acesso em: 13 set. 2022.

OLIVEIRA, Fabiana Silva de; MENDONÇA, Gleyze da Silva; SILVA, Socorro de Souza. Avaliação de segurança de medicamento off-label utilizados no tratamento da COVID-19: revisão sistemática. **Brazilian Applied Science Review**, Curitiba, v. 5, n. 3, p. 1419–1430. 2021. Disponível em: <https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BASR/article/view/30315>. Acesso em: 22 out. 2022.

OLIVEIRA FILHO, Ramilson José Leite de. **Uso indiscriminado de antibióticos durante a pandemia da covid-19: uma revisão integrativa**. 2022. 34 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Farmácia) - Faculdade Nova Esperança de Mossoró, Mossoró, 2022. Disponível em: <http://www.sistemasfacenern.com.br/repositorio/admin/uploads/arquivos/651468b37f95f5f421cccbf8fb7ee376.pdf>. Acesso em: 21 out. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Diretrizes para a avaliação regulatória de medicamentos para uso na automedicação**. OMS: Genebra, Suíça, 2000.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Paho.org**, Brasília: PAHO, 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 21 out. 2022.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Paho.org**, Brasília: PAHO, 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/search/r?keys=oms+afirma+que+covid+19+e+agora+caracterizada+comopandemia+Brasil#gsc.tab=0&gsc.q=oms%20afirma%20que%20covid%2019%20e%20agora%20caracterizada%20comopandemia%20Brasil>. Acesso em: 20 mar. 2022.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Considerações sobre medidas de distanciamento social e medidas relacionadas com as viagens no contexto da resposta à pandemia de COVID-19. **PAHO**, Brasília, 3 abr. 2020. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/52045#:~:text=Estas%20considera%C3%A7%C3%B5es%20detalham%20a%20implementa%C3%A7%C3%A3o,%C3%A0%20propaga%C3%A7%C3%A3o%20comunit%C3%A1ria%20da%20COVID%2D>. Acesso em: 24 abr. 2020.

PALÁCIO, Maria Augusta Vasconcelos; TAKENAMI, Lukary. Em tempos de pandemia pela COVID-19: o desafio para a educação em saúde. **Vigilância Sanitária em Debate**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 10-15, 2020. Disponível em: <https://visaemdebate.incqs.fiocruz.br/index.php/visaemdebate/article/view/1530>. Acesso em: 02 fev. 2022.

PAUMGARTTEN, Francisco José Roma; OLIVEIRA, Ana Cecilia Amado Xavier de. Off label, compassionate and irrational use of medicines in Covid-19 pandemic, health consequences and ethical issues. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 9, p. 3413–3419. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/GQwLcBQZmGYp7mK3V6r7tFt/?lang=en>. Acesso em: 23 out. 2022.

PEDROSO, Luana Amaral. et al. Aspectos farmacológicos da ivermectina e seu potencial uso no tratamento da COVID-19. **Brazilian Journal of Health and Pharmacy**, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 11-20, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.29327/226760.2.3-2>. Acesso em: 23 out. 2022.

PEREIRA, F.; SILVA, J. Fitoterapia como terapia para a covid-19. **Interfaces da Covid 19: impressões multifacetadas do período de pandemia**, Criciúma, p. 82–83. 2020. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/7827/1/Fitoterapia%20como%20terapia%20para%20a%20COVID-19.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2022.

PITTA, Marina Galdino da Rocha. et al. Análise do perfil de automedicação em tempos de COVID-19 no Brasil. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, Vargem Grande Paulista, v. 10, n. 11, pág. e28101119296-e28101119296, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/19296/17233/236718>. Acesso em: 10 mar. 2022.

PONTE NETO, Estevam Ferreira da et al. Contribuições da assistência farmacêutica no enfrentamento à covid-19 em sobral, Ceará. **SANARE - Revista de Políticas**

Públicas, Ceará, v. 20, p. 82-89, 2021. Disponível em:

<https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/1510>. Acesso em: 21 out. 2022.

PRUDÊNCIO, João Vitor Lorenzato; MARQUES, Jéssica Helena de Mora. Riscos da automedicação durante a covid-19. **Revista Unilago**, São Paulo, p. 1-11, 2021.

Disponível em: <https://revistas.unilago.edu.br/index.php/revista-cientifica/article/view/585>. Acesso em: 22 set. 2022.

QUALLS, Norren. *et al.* Community Mitigation Guidelines to Prevent Pandemic Influenza. **Morbidity and Mortality Weekly Report**, Estados Unidos, v. 66, n. 1, p. 1–34. 2017. Disponível em: <https://www.cdc.gov/mmwr/volumes/66/rr/rr6601a1.htm>. Acesso em: 12 out. 2022.

RIBAS, João Luiz Coelho; ADAMI, Eliana Rezende. COVID-19: contextualização e análise de relato de caso. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 16, n. 44, p. 99–110. 2020. Disponível em:

<https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/12244/7828>. Acesso em: 15 out. 2022.

RAIOL, Rodolfo de Azevedo. Praticar exercícios físicos é fundamental para a saúde física e mental durante a Pandemia da COVID-19. **Brazilian Journal of Health Review**. Curitiba, v.3, n. 2, p. 2804–2813. 2020. Disponível em:

<https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BJHR/article/view/8463/7298>. Acesso em: 9 set. 2022.

ROCCO, Patricia Rieken Macêdo. *et al.* Nitazoxanide in Patients Hospitalized With COVID-19 Pneumonia: A Multicentre, Randomized, Double-Blind, Placebo-Controlled Trial. **Frontiers in Medicine**, Lausanne, v. 9. 2022 Disponível em:

<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC9043450/>. Acesso em: 25 jun. 2022.

RODRIGUES, Daniela Silva. *et al.* Espaços on-line de cuidados coletivos: promoção da saúde em tempos de isolamento pela COVID-19. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, Fortaleza, v. 35, p. 9, 2022. Disponível em:

<https://ojs.unifor.br/RBPS/article/view/12614>. Acesso em: 15 set. 2022.

RODRIGUES, Poliana Marques. **Vacinas para SARS-CoV-2: Uma revisão bibliográfica**. 2021. Artigo (Graduação em Biomedicina) - Faculdade de Ciências da Saúde e da Educação, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/15532>. Acesso em: 12 out. 2022.

RODRÍGUEZ-MORALES, Alfonso J. *et al.* COVID-19, an Emerging Coronavirus Infection: Current Scenario and Recent Developments – An Overview. **Journal of Pure and Applied Microbiology**. Bhopal, v. 14, n.1, p. 05-12. 2020. Disponível em: <https://microbiologyjournal.org/covid-19-an-emerging-coronavirus-infection-current-scenario-and-recent-developments-an-overview/>. Acesso em: 11 mar. 2022.

ROLIM, Thais de Sousa. **Desenvolvimento e Validação de Método para Quantificação do Fármaco Antimalárico Cloroquina no Plasma e Passagem Transplacentária em Ratos**. 2021. p. 65. Dissertação (Mestre em Ciências) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em:

https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/49504/thais_sousa_rolim_ensp_me st_2021.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 1 nov. 2022.

RUIZ, Juliana Matos Gomes. *et al.* A influência da mídia na automedicação do novo coronavírus: uma revisão de literatura. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, Vargem Grande Paulista, v. 10, n. 13, p. e53101321015, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/21015>. Acesso em: 29 de abril de 2022.

SANTOS, Emerson Costa; FERREIRA, Maria Alice. A Indústria Farmacêutica e a Introdução de Medicamentos Genéricos no Mercado Brasileiro. **Nexos Econômicos**, Salvador, v. 6, n. 2, p. 95–120. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revnexeco/article/view/9250>. Acesso em: 23 out. 2022.

SANTOS FILHO, Airton dos; VIEIRA, Luciana. **COVID-19: flexibilização do uso de máscaras em áreas abertas -atualização**. [S.l.]: Conecta SUS, [s.d.]. Disponível em: <https://www.saude.go.gov.br/files//conecta-sus/produtos-tecnicos/!%20-%202022/COVID-19%20-%20Flexibiliza%C3%A7%C3%A3o%20do%20uso%20de%20m%C3%A1scaras.pdf>. Acesso em: 23 out. 2022.

SANTOS, Larissa Rodrigues dos. **Automedicação durante a pandemia por covid-19: um estudo a luz do uso racional de medicamentos**. 2022. 27 f. TCC (Graduação) - Curso de Farmácia, Centro Universitário Estadual da Zona Oeste, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <http://www.uezo.rj.gov.br/tcc/farmacia/Larissa-Rodrigues-dos-Santos.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.

SANTOS-PINTO, Cláudia Du Bocage; MIRANDA, Elaine Silva; OSORIO-DE-CASTRO, Claudia Garcia Serpa. O “kit-covid” e o Programa Farmácia Popular do Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v37n2/1678-4464-csp-37-02-e00348020.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2022.

SCHATZMAYR, Hermann G. Novas perspectivas em vacinas virais. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 655-669. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/VjJzQVWWZtVxSqMmMM4R3WB/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 mai. 2022.

SCHUCHMANN, Alexandra. Zanella *et al.* Isolamento social vertical X Isolamento social horizontal: os dilemas sanitários e sociais no enfrentamento da pandemia de COVID-19. **Brazilian Journal of Health Review**, Itajaí, v. 3, n. 2, p. 3556-3576, 2020. Disponível em: <https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BJHR/article/view/9128>. Acesso em: 15 mai. 2022.

SENHORAS, Elói Martins. O campo de poder das vacinas na pandemia da COVID-19. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 6, n. 18, p. 110–121, 2021. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/400>. Acesso em: 11 out. 2022.

SILVA, Davi Porfirio da; SANTOS, Igor Michel Ramos dos; MELO, Viviane dos Santos. Aspectos da infecção ocasionada pelo Coronavírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave 2(SARS-CoV-2). **Brazilian Journal of health Review**, Curitiba, v. 3, ed. 2, p. 3763-3779, 2020. Disponível em: <https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BJHR/article/view/9304/7858>. Acesso em: 28 set. 2022.

SINGHAL, Tanu. A Review of Coronavirus Disease-2019 (COVID-19). **The Indian Journal of Pediatrics**, New Delhi, v. 87, n. 4, p. 281–286. 2020. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s12098-020-03263-6>. Acesso em: 13 mai. 2022.

SOUZA, Alex Sandro Rolland *et al.* Aspectos gerais da pandemia de COVID-19. **Revista Brasileira de. Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 21, p. 29-45, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/8phGbzmbSsynCQRWjpXJL9m/?lang=pt>. Acesso em: 13 ago. 2022.

SOUZA, Jeane Barros de. *et al.* Health promotion in coping with COVID-19: a Virtual Culture Circle experience. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 74, n. suppl 1. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/S5Hhd46c8sJBnkPVSfVYmSw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 ago. 2022.

SOUZA-JUNIOR, José Roberto de. *et al.* COVID-19 e a promoção da saúde em tempos de pandemia. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, [S. l.], n. 46, p. e3837. 2020. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/3837>. Acesso em: 13 ago. 2022.

SOUZA, Luis Eugenio Portela Fernandes de ; BUSS, Paulo Marchiori. Desafios globais para o acesso equitativo à vacinação contra a COVID-19. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 9, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csp/2021.v37n9/e00056521/pt/#>. Acesso em: 12 out. 2022.

SUN, Jiumeng. *et al.* COVID-19: Epidemiology, Evolution, and Cross-Disciplinary Perspectives. **Trends in Molecular Medicine**, Oxford, v. 26, n. 5, p. 483–495. 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32359479/>. Acesso em: 19 mar. 2022.

STEVANIM, Luis Felipe. Como nasce uma vacina. **Revista Radis**, Rio de Janeiro, n. 216, 2020 Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/processo-de-desenvolvimento-de-vacinas-e-destaque-na-revista-radis>. Acesso em: 04 mai. 2022.

STURZA, Janaína Machado; TONEL, Rodrigo. Os desafios impostos pela pandemia covid-19: das medidas de proteção do direito à saúde aos impactos na saúde mental. **Revista Opinião Jurídica**, Fortaleza, v. 18, n. 29, p. 1-27, set. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unichristus.edu.br/opiniaojuridica/article/view/3267>. Acesso em: 17 ago. 2022.

TANNI, Suzana E. *et al*, Use of remdesivir in patients with COVID-19: a systematic review and meta-analysis, **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, São Paulo, p. e20210393, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jbpneu/a/zQ3HjwfmqfkDsRpB4PxL9nr/?lang=pt>. Acesso em: 15 mai. 2022.

U.S. Food and Drug Administration. Coronavirus (COVID-19). **FDA revokes emergency use authorization for chloroquine and hydroxychloroquine**. Disponível em: <https://www.fda.gov/news-events/press-announcements/coronavirus-covid-19-update-fda-revokes-emergency-use-authorization-chloroquine-and>. Acesso em: 7 out. 2022.

VAN DEN BROUCKE, Stephan. Why health promotion matters to the COVID-19 pandemic, and vice versa. **Health Promotion International**, Eynsham, v. 35, n. 2, p. 181–186. 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32297931/>. Acesso em: 13 jun. 2022.

MENEZES, Samara Vieira. **A importância da atividade física durante a pandemia do coronavírus**. 2021. 14 f. TCC (Graduação) - Curso de Educação Física, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2021. Disponível em: <https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/25492/4/PDF%20-%20TCC%20SAMARA%20VIEIRA%20MENEZES.pdf>. Acesso em: 10 set. 2022.

WANG, Lisheng. *et al*. Review of the 2019 novel coronavirus (SARS-CoV-2) based on current evidence. **International Journal of Antimicrobial Agents**, Amsterdã, v. 55, n. 6, p. 105948. 2020. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7156162/>. Acesso em: 12 out. 2022.

ZIMERMAN, Ricardo. *et al*. **As evidências científicas acerca do atendimento integral das pessoas acometidas com a COVID-19: o estado da arte atual, com ênfase no tratamento na fase inicial (replicação viral) da doença. Responsáveis pela elaboração**. [s.l.: s.n., s.d.]. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/go/sala-de-imprensa/docs/not%202541-nota%20tecnica.pdf>. Acesso em: 5 out. 2022.

ZOU, Li. *et al*. Hydroxychloroquine and chloroquine: a potential and controversial treatment for COVID-19. **Archives of Pharmacal Research**, Seoul, v. 43, n. 8, p. 765–772. 2020. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s12272-020-01258-7>. Acesso em: 23 out. 2022.